

Fórum das Seis promove atos em São Paulo

Na manhã de 27/6, centenas de pessoas participaram de ato público em frente à Reitoria da Unesp, por “Democracia e Isonomia nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza”, conforme indicativo do Fórum das Seis, aprovado na assembleia da Adusp de 20/6 (<http://goo.gl/kfQI1>). Na sua maior parte eram estudantes, técnico-administrativos e docentes da Unesp, vindos de quase todos os campi da Universidade. Também compareceram representações das entidades da USP, da Unicamp e do Centro Paula Souza (Ceeteps).

Durante a manifestação, no momento em que uma comissão do Fórum ia entrar para ser recebido pelo pró-reitor de Administração, professor Carlos Antônio Gamero, estudantes da Unesp — por iniciativa própria — ocuparam a Reitoria. Mesmo assim, na sequência, representantes da Aduesp, Sintunesp, estudantes e coordenação do Fórum das Seis foram recebidos por uma equipe da administração da Universidade em reunião com o intuito de estabelecer uma negociação entre as partes. Após contatos telefônicos, a vice-reitora no exercício da Reitoria, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, que estava no interior, se dispôs a retornar à capital para uma nova reunião a partir das 17 horas.

LDO 2014. Após o ato por “Democracia e Isonomia”, a maioria dos manifestantes seguiu para a Assembleia Legislativa (Alesp), sendo que parte dos estudantes permaneceu ocupando a Reitoria da Unesp. O ato na Alesp, à tarde, teve o objetivo de conseguir mais recursos para a educação pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2014).

A pedido do Fórum, o presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado João Paulo Rillo (PT), chamou audiência pública. O auditório Paulo Kobayashi ficou repleto. Além de Rillo, compareceram os deputados Carlos Giannazi (PSOL) e Carlos Neder (PT).

O professor César Minto expôs, em nome do Fórum, as emendas enviadas à LDO 2014, que pleitei-



Fotos: Bahiji Haje

Ato/Audiência na Assembleia Legislativa

am mais recursos: 33% da arrecadação total do estado para o conjunto da educação pública, aí inseridos 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% para o Ceeteps. Ele frisou que a reivindicação é de que tudo o que se conquiste além dos atuais 9,57% seja redistribuído entre as universidades, objetivando a promoção de tratamento isonômico para técnico-administrativos, docentes e estudantes nessas instituições.

Expansão. César Minto destacou também o crescimento expressivo das universidades estaduais desde 1995, quando começou a vigorar o repasse de 9,57% do ICMS, até 2011. Na “Carta aos deputados estaduais paulistas”, elaborada pelo Fórum, os números mostram a expansão de vagas e cursos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, sem que os recursos tenham aumentado em igual proporção — daí a grande preocupação das entidades que compõem o Fórum com a qualidade social das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas referidas instituições.

Diversos representantes das três universidades e do Ceeteps se



Ato na Reitoria da Unesp

pronunciaram. Ao final da audiência, foram organizados grupos de estudantes, funcionários e docentes para visitar os gabinetes e fazer a entrega da carta aos deputados. Também ficou acertado que a Comissão de Educação e Cultura vai tentar intermediar uma reunião entre o Fórum das Seis e a Casa Civil do governo paulista, para tratar do assunto.

Madrugada na Unesp.

Após longa negociação com Aduesp, Sintunesp e representantes

da ocupação estudantil, como resultado da nova reunião, que teve início no final da tarde e adentrou a madrugada, a vice-reitora leu o acordo escrito e assinado pelas partes. A Unesp concedeu mais 36 auxílios-aluguel de imediato, comprometeu-se a aumentar para 447 as bolsas para estudantes de baixa renda (BAAE I) e garantiu que em 2014 a demanda total será atendida. Nesta semana haverá reuniões com o Sintunesp (3/7) e a Aduesp (4/7), ambas para negociação de pautas específicas.

CoG aprova “Pimusp” às pressas

No dia 27/6, o Conselho de Graduação (CoG) aprovou a proposta de criação de um Plano Institucional da USP para atingir as metas do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público (Pimesp) até 2018. A apreciação da medida pelo Conselho Universitário (Co) foi marcada para a reunião do dia 2/7. O processo de discussão do assunto foi acelerado e teve início em maio, após a pró-reitora de graduação, professora Telma Maria Zorn, ter encaminhado, no dia 22/5, ofício aos diretores de unidade informando sobre a criação da proposta. O documento estabelecia o dia 17/6 como prazo para que manifestações das congregações fossem encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação (PrG).

Questionada, antes da aprovação da medida pelo CoG, sobre quais unidades encaminharam manifestações à PrG, a assessoria de imprensa da USP disse: “O tema ainda está em discussão e, por esse motivo, as informações só serão divulgadas

após a conclusão do processo”.

A Adusp enviou a todas as unidades um primeiro texto de análise da proposta, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Educação e pela diretoria da entidade (vide <http://goo.gl/pC2kK>). Entre outras coisas, o documento pontua que a proposta não traz “nenhuma referência que distinga cursos e turnos”, uma vez que os bônus previstos nela “são genéricos”.

Repúdio. Em nota de repúdio ao Plano (leia em <http://goo.gl/WL5sC>), a Frente Pró-Cotas da USP diz que “além de ser mais uma tentativa da Reitoria de se esquivar do debate das cotas”, a proposta é problemática, porque seus eixos “não garantirão a inclusão de estudantes negros ou oriundos da escola pública [na universidade]”.

Para ampliar a inserção desse público na USP, o documento indicado pela PrG aposta, entre outras coisas, na criação de um Programa de Preparação para o Vestibular

da USP (PPVUSP). “A criação de um cursinho pré-vestibular não é, a princípio, um problema, no entanto, o recorte feito para os possíveis candidatos é excludente e prejudica os próprios candidatos”, diz a nota da Frente Pró-Cotas.

Em texto de análise da proposta, os professores da FFLCH Lilia Schwarcz, Maria Helena Machado e Vagner Gonçalves, chamam atenção para contradições com relação ao bônus “de apenas 5%” para alunos negros, pardos e indígenas na pontuação do vestibular. “Ao mesmo tempo em que o novo projeto reconhece a necessidade de inclusão étnico-racial, ele não enfrenta a questão, em suas propostas mais efetivas. Uma universidade do porte da USP, que detém tal responsabilidade social, quando chamada a responder aos desafios da inclusão universitária, necessita reagir à altura, gerando um projeto de alto nível e que atenda necessidades acadêmicas e sociais” (<http://goo.gl/0zQAY>).

Iluminação da USP: empresa que vence licitação foi acusada de favorecimento pelo TCE

Dois anos após o estudante Felipe Ramos de Paiva ter sido assassinado no estacionamento da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), no dia 18/5/2011, a USP divulgou assinatura de contrato no valor de R\$ 39,5 milhões com a empresa Alper Energia S/A para a instalação de um novo sistema de iluminação na Cidade Universitária. As informações sobre os três anos necessários para que quatro processos licitatórios fossem realizados (desde novembro de 2010) foram publicadas no *USP Destaques* 73, de 4/6. O número de empresas que participaram do processo não foi revelado.

Segundo informações do jornal *O Estado de S. Paulo*, o edital havia sido cancelado três vezes pelo Tribunal de Contas (TCE) por conta de indícios de favorecimento. “Após novo edital, a USP homologou como vencedora a mesma empresa apontada como favorecida [a Alper Energia S/A]. Uma das concorrentes já entrou na Justiça e também há recurso interno na Reitoria aguardando resposta”, diz reportagem de 21/5. O *USP Destaques* não comenta o caso. Ao invés disso, afirma que o orçamento inicial para a instalação do sistema era de R\$ 64 milhões, ou

seja, quase o dobro do valor final acordado com a Alper Energia S/A. Mais de R\$ 90 milhões estão previstos para troca do sistema de iluminação em unidades fora da Cidade Universitária e no interior.

“Como a instalação será realizada em etapas, a previsão é de que, dentro de 90 dias [início de setembro], o novo sistema já esteja instalado em algumas áreas do *campus*, como o estacionamento da FEA e adjacências”, informa a publicação da Reitoria. O texto também destaca que, ao todo, 3.200 luminárias de vapor de sódio serão substituídas no *campus* Butantã por luminárias de LEDs (luz branca), “para ampliar a percepção do entorno e aumentar a sensação de segurança”. Diferentemente do que ocorre hoje, os postes de luz terão dois focos de iluminação, um voltado para as ruas e outro para as calçadas. Todos os *campi* da USP deverão contar com o novo sistema a partir de janeiro de 2014.

Insegurança. Após a morte de Paiva, a Reitoria, por meio de um Plano de Segurança, firmou acordo com a Polícia Militar (PM), que passou a atuar na Cidade Universitária. O plano também previa

cursos e palestras de prevenção à violência, a criação de canais de comunicação entre a comunidade e a PM e de um Fórum da Cidadania pela Cultura da Paz. Na época, o reitor Grandino Rodas também anunciou a instalação do novo sistema de iluminação, com conclusão prevista para abril de 2013.

O atraso na implantação de medida tão elementar é chocante, tanto quanto o fato de a mesma empresa identificada pelo TCE como beneficiária de favorecimento haver sido escolhida na licitação. Sobre o assunto, no dia 19/5, o Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC) divulgou nota alegando que “as condições que geraram o assassinato de Felipe estão hoje inalteradas. Esperamos que nenhuma outra vida se perca enquanto medidas eficazes e imediatas não são tomadas”.

Sem esperar iniciativas da Reitoria, estudantes da FEA criaram, no dia 6/6, o Fórum Felipe Ramos de Paiva, com a finalidade de realizar palestras e discussões periódicas sobre a insegurança na USP. “Será também um novo mecanismo de pressão para melhorias na universidade”, afirmou João Moais Abreu, presidente do CAVC, em entrevista ao *Jornal do Campus*.

Moléstia grave isenta do IR os aposentados

Os aposentados e pensionistas portadores de doenças graves são isentos do Imposto de Renda, de acordo com o art. 6º inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. São consideradas doenças graves para efeito dessa isenção: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Alienação mental, Cardiopatia grave, Cegueira, Contaminação por radiação, Doença de Paget em estados avançados (Osteíte deformante), Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Espondilartrose anquilosante, Fibrose cística (Mucoviscidose), Hanseníase, Nefropatia grave, Hepatopatia grave (observação: nos casos de hepatopatia grave somente serão isentos os rendimentos auferidos a partir de 01/01/2005), Neoplasia maligna, Paralisia irreversível e incapacitante e Tuberculose ativa.

Também são isentos os proventos de aposentadoria motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional.

Para requerer a isenção, o docente aposentado pode consultar a seção de pessoal de sua unidade ou dirigir-se diretamente a um dos postos da Receita Federal para preenchimento do requerimento, munido de laudo médico oficial comprovando a moléstia.

Isenção parcial de contribuição previdenciária - Os servidores aposentados e também os pensionistas que apresentam as doenças que implicam a isenção do Imposto de Renda gozam também de uma Isenção Parcial da Contribuição Previdenciária junto ao SPPREV. Nesses casos, a contribuição dos inativos só passa a incidir sobre aquilo que ultrapassar o dobro do benefício máximo pago pelo Regime Geral da Previdência Social. O requerimento pode ser obtido diretamente no site da SPPREV (<http://goo.gl/dB4LG>).

No caso de restarem dúvidas, os associados da Adusp que estão aposentados e são portadores das moléstias mencionadas podem, para efeitos de isenção de imposto, podem obter orientação junto à assessoria jurídica da entidade.

Entidades apoiam trabalhadoras terceirizadas

Adusp, Sintusp e DCE manifestaram-se em defesa de uma centena de trabalhadoras terceirizadas da USP, que se viram obrigadas a entrar em greve para exigir o pagamento dos salários, então atrasados desde 5/6. Não é a primeira vez que desentendimentos entre a USP e as empresas de intermediação de “mão-de-obra” por ela contratadas acabam resultando em prejuízos para os trabalhadores.

No manifesto, as entidades exortaram a USP a providenciar o imediato pagamento dos salários atrasados. Reiteraram as críticas que sempre fizeram à privatização de pessoal e de serviços essenciais à Universidade. Observam, ainda, que “as instituições públicas, sobretudo as instituições públicas de caráter educacional têm a obrigação de atuar de acordo com a legislação vigente e que, ademais, têm ainda a responsabilidade de agir de

forma exemplar” (vide a íntegra da nota em <http://goo.gl/CsZdM>).

O professor Jorge Luiz Souto Maior, juiz de direito e atual representante da Faculdade de Direito junto ao Conselho de Representantes da Adusp, publicou, a respeito do caso, o artigo “Repúdio à Violência na USP”, no qual traça um paralelo entre essa situação e as prisões, ocorridas recentemente em São Paulo, de vinte pessoas acusadas de depredação de patrimônio. “Sem tentar justificar qualquer tipo de violência, pois sou radicalmente contrário a qualquer agressão física ou moral ao direito alheio, o fato é que se deve compreender de uma vez por todas que deixar de pagar salário (e demais direitos trabalhistas) constitui uma violência ainda maior, pois não agride o patrimônio, agride a vida” (veja a íntegra do artigo em <http://goo.gl/Q3JvX>).

Manifesto. “As entidades representativas de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes — Adusp, Sintusp e DCE —, tendo tomado conhecimento de que trabalhadoras(es) terceirizadas(os) estão sem receber salários desde o quinto dia útil de junho, vêm instar a gestão da universidade a tomar providências para que isto seja apurado e corrigido, independentemente de o referido fato ter desrespeitado ou não as cláusulas do contrato de prestação de serviços com a universidade (solicitamos cópia dos contratos, a ser encaminhada para: secretaria@adusp.org.br).

Há muito questionamos a administração da universidade no que se refere à adoção de políticas que privilegiam a contratação de empresas terceirizadas para prover ações essenciais ao funciona-

mento da universidade, em substituição a um corpo de trabalhadoras(es) nas áreas de limpeza, segurança, transporte, serviços gerais etc., que de fato viabilizam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sem o trabalho e a dedicação desse pessoal, certamente, a USP não seria a instituição que é nos dias atuais.

Reafirmamos que as instituições públicas, sobretudo as instituições públicas de caráter educacional têm a obrigação de atuar de acordo com a legislação vigente e que, ademais, têm ainda a responsabilidade de agir de forma exemplar. Se as instituições públicas não o fizerem, que instituições o farão?

Reiteramos a necessidade de estabelecer o diálogo entre Reitoria e entidades, na busca de soluções para o grave problema aqui relatado.”

Paulo Vanzolini, o singular cientista boêmio

Falecido em abril aos 89 anos, Paulo Emílio Vanzolini, professor emérito do Instituto de Biociências da USP, deixou um legado excepcional sob muitos aspectos. Reconhecido internacionalmente por suas contribuições à zoologia, em especial à herpetologia, o singular Vanzolini notabilizou-se também como compositor de canções que se tornaram clássicas na música brasileira, sempre temperadas por seu humor cáustico e uma ironia ferina.

Vanzolini dirigiu, por décadas, o Museu de Zoologia da USP. Os pesquisadores Francisco Inácio Bastos e Magali Romero Sá, da Fiocruz, classificam-no como “um dos mais importantes herpetologistas do mundo”, em artigo publicado em 2011 no qual registram o variado trabalho desenvolvido por ele, que inclui, além das publicações dos achados de suas pesquisas, “atividades de curadoria museológica, atuação na formulação de políticas científicas”, e “contribuições a diferentes áreas de conhecimento como bioestatística, biogeografia e história das ciências”.

Os pesquisadores da Fiocruz destacam as análises, feitas por Vanzolini, do legado científico de naturalistas como Spix, von Mar-

tius, Agassiz e outros, “a partir da retomada de fontes originais” e que representam “valioso repositório de informações históricas e científicas”.

Contudo, eles consideram que o olhar heterodoxo de Vanzolini, sua ironia profunda (ora explícita, ora nas entrelinhas), bem como as suspeitas recíprocas existentes entre acadêmicos do campo das humanidades e acadêmicos do campo das ciências naturais, talvez tenham resultado no “modesto impacto dos escritos de Vanzolini” na corrente dominante da história da ciência no Brasil (“O cientista como historiador: Paulo Vanzolini e as origens da zoologia no Brasil”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2011).

A singularidade de Vanzolini está presente também na sua obra artística. Composições aclamadas como “Ronda” (1951) e “Volta por Cima” (1959), hoje incorporadas ao patrimônio cultural paulista e brasileiro, surgiram de modo amador, quase



Paulo Vanzolini

Francisco Emolo

displicente. O autor pouco conhecia de música, confessadamente. Seu talento como compositor nasceu do espírito boêmio e da sua condi-

ção de observador mordaz das amarguras da vida. Ele próprio desdenha de “Ronda”: “É muito piegas. Tem gente que diz que ‘Ronda’ é o hino de São Paulo. Que belo hino! É a história de uma prostituta que vai matar o amante”.

“Cobras e lagartos”.

O cientista e sambista também se envolvia em polêmicas com alguma facilidade. Certa vez atacou o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), de Belém, importante centro de pesquisas: “O trabalho do Museu na Amazônia é zero”, declarou Vanzolini à *Folha do Meio Ambiente* em 2001. Em resposta, o pesquisador Peter Mann de Toledo, então diretor do MPEG, pediu a Vanzolini para “não criar intriga” e não ser “preconceituoso”.

A antipatia de Vanzolini com o MPEG tinha relação com incidentes que remontam a 1985, quando participou de um levantamento faunístico e florístico e da população de mamíferos do Xingu. O trabalho integrava os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) para construção da Usina Hidrelétrica Kararaô, hoje Belo Monte. Porém, como o trabalho de Vanzolini não dispunha de autorização, o Ibama confiscou a coleção de pássaros e mamíferos coletados por ele, a qual, em razão do contrato firmado entre Vanzolini e o consórcio de empresas que contratou seus serviços, seria entregue ao Museu Field de Chicago. Além disso, a direção do Ibama decidiu confiar ao MPEG a guarda do acervo apreendido.

Outra polêmica famosa deu-se com o músico Caetano Veloso, autor de “Sampa”, bela canção que homenageia a capital paulista. Ocorre que “Sampa” contém nada menos do que 14 acordes de “Ronda”, o que levou Vanzolini a acusar Caetano de plagiador. “Uma música é considerada plágio quando tem oito compassos de outra. ‘Sampa’ tem 14 compassos de ‘Ronda’. É uma citação”, declarou ao *Jornal do Brasil*, em 2000.

Congregação da FFLCH homenageia Gorender

O historiador, jornalista e escritor Jacob Gorender, falecido em 11/6, foi homenageado em 20/6 pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em reunião presidida por seu diretor, professor Sérgio Adorno. Intelectual marxista, histórico militante do Partido Comunista (PCB), nos anos 1990 Gorender foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

A primeira homenagem partiu do professor Alfredo Bosi, que preparou e leu um texto no qual comenta as principais obras de Gorender, destacando o impacto que tiveram entre a comunidade acadêmica e a intelectualidade marxista.

Outra homenagem coube ao professor Osvaldo Coggiola, que optou por um depoimento pessoal sobre Gorender, a quem conheceu em 1988 e com quem mantinha uma relação de amizade. O docente assinalou características que considera distintas e marcantes na trajetória intelectual do historiador.

“Nitidez cristalina”.

“Meu primeiro encontro com Jacob Gorender não foi com a pessoa, mas com sua obra, ou, mais precisamente, com os originais de um livro que entrou definitivamente para a historiografia brasileira, *O escravismo colonial*”, revelou o professor Bosi. “Um compacto volume de mais de 600 laudas datilografadas chegou às mãos do Conselho da Editora Ática, enviado por Maurício Tragtenberg graças à mediação de José Granville Ponce. Era por volta de 1977. Coube-me dar parecer sobre a obra”, explicou.

Logo à primeira leitura, acrescentou, “admirei a nitidez cristalina do estilo e ainda mais admirei a riqueza das fontes consultadas e, em grau superlativo, admirei a rigorosa articulação dos conceitos, no caso, a construção de uma tese ousada, que ambicionava nada menos do que acrescentar aos modos de produção conhecidos mais um, o do escravismo colonial”. Bosi apenas citou, sem entrar no mérito, que a obra contesta “as duas teses, entre si antagônicas, que pretendem explicar a nossa formação colonial”: a do feudalismo, “tão cara aos estudiosos ligados ao Partido Comunista”, e a do capitalismo, “então hegemônica em nossa Faculdade”. O livro, publicado em 1978, foi recebido nos meios acadêmicos com polêmicas, “algumas ácidas”.



Cecilia Bastos

Jacob Gorender

Só muito depois, explicou Bosi, é que “pude conhecer o homem Jacob Gorender”, um “guerreiro” que enfrentou as “forças terríveis do nazifascismo, como as que teve de enfrentar como soldado voluntário da FEB na Itália (onde participou da tomada de Monte Castelo)”, e as que “reprimiram a esquerda no período final do Estado Novo, quando, em 1942, ele se filiou ao Partido Comunista”. Citou ainda sua expulsão do PCB em 1967, “quando dissentei da direção arbitrária de Prestes e inclinou-se para a aceitação da luta armada”.

Capturado pelos órgãos de repressão política em 1970, Gorender foi brutalmente torturado. Processado, foi condenado a dois anos de reclusão, cumpridos no Presídio Tiradentes. “Em *Combate nas trevas*, livro que viria a publicar em 1987, encontramos em detalhe o relato desses anos de chumbo”, sendo este livro “mais do que um balanço escrupuloso das vicissitudes dos grupos armados que combateram a ditadura”, pois, ao lado de uma “admiração profunda por alguns verdadeiros heróis daqueles movimentos malogrados”, “exprime um severo distanciamento do narrador em relação ao projeto de luta armada, desvinculada do movimento operário e da opinião pública de oposição”.

Bosi também fez referência a *Marxismo sem Utopia*, um livro “corajoso, mas desconcertante para os marxistas ortodoxos”, no qual Gorender “dá ênfase a três princípios, que refuta”: a tese do produtivismo infinito (também criticada, nos anos 1930, por Simone Weil); a do desaparecimento do Estado que se seguiria à ditadura do proletariado; e por fim a confiança incondicional na classe operária como agente da revolução, “refutada por Goren-



Daniel Garcia

Bosi, Adorno e Coggiola na homenagem a Gorender

der em termos que provocaram a reação de toda a esquerda ortodoxa: o operário seria ontologicamente reformista”.

Luta armada. Coggiola observou que a morte de Gorender coincidiu com um momento histórico no qual “o movimento popular conseguiu dobrar o governo”, fazendo-o recuar na fixação da tarifa do transporte coletivo, o que “marca talvez uma virada na história do Brasil”. Ele lamentou que Gorender, tendo lutado tanto tempo por uma transformação histórica da sociedade, não estivesse vivo para presenciar essa “circunstância excepcional” da vida brasileira.

O professor de história contemporânea da FFLCH comentou que, sendo “baiano, judeu, intelectual comunista e latino-americano, Gorender conseguiu ser todas essas coisas ao mesmo tempo”. Destacou que para Gorender, filho de emigrantes russos que sofreram na pele os pogroms czaristas, teve grande importância a participação na Segunda Guerra Mundial, contra as tropas nazistas. O pai de Gorender chegou a participar da frustrada Revolução de 1905 na Rússia.

Depois de romper com o PCB, Gorender tornou-se um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), pequeno grupo clandestino que defendia a luta armada contra a Ditadura Militar. Sua militância foi cruelmente punida pelo regime: “Ele foi barbaramente torturado. Chegou a me dizer que, no meio da tortura, chegou a desejar a morte”, relatou Coggiola à Congregação.

Além de considerar *Combate nas Trevas* como “o balanço mais profundo e radical da luta armada dos anos 1960”, Coggiola citou duas outras obras de Gorender que são, a seu ver, de grande impor-

tância teórica: *A burguesia brasileira* e *Marcino e Liberatori*. Neste último, Gorender é, a seu ver, o primeiro autor a elaborar uma crítica teórica ao neoliberalismo: “Ele sempre pôs o dedo na ferida em todos os debates”, frisou.

“Jacob Gorender teve uma trajetória ímpar na história intelectual do Brasil, à altura de Florestan Fernandes”, afirmou Coggiola, destacando a “audácia” do homenageado ao criar a polêmica categoria do escravismo colonial. Ele sugeriu à Congregação da FFLCH que um anfiteatro da unidade receba o nome do historiador.

Nota da Adusp. A Diretoria da Adusp emitiu a seguinte nota sobre a morte do historiador, intitulada “Jacob Gorender, presente!”.

“A Associação dos Docentes da USP vem a público lamentar a morte de Jacob Gorender. Militante comunista desde a década de 1940, soldado das Forças Expedicionárias Brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, preso político da Ditadura Militar, quando foi torturado, Gorender esteve sempre entre os que lutaram bravamente pela transformação social e política do nosso país.

Jornalista e historiador, estudioso dos problemas políticos e econômicos da sociedade brasileira, de formação erudita apesar de autodidata, Gorender deixou obras originais e marcantes, como *O Escravismo Colonial* (1978) e *Combate nas Trevas* (1987). A USP admitiu sua extraordinária contribuição ao torná-lo professor visitante do Instituto de Estudos Avançados, de 1994 a 1996, e ao reconhecer seu notório saber.

Juntamo-nos aos que rendem merecidas homenagens a esse grande intelectual brasileiro. Jacob Gorender, presente!”

“A USP quer votar para reitor”

Frente à proximidade das eleições para reitor que acontecerão em outubro, a Adusp, a Associação de Pós-Graduandos Helenira 'Preta' Rezende (APG-USP), o DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme e o Sintusp realizaram, no dia 11/6, no Auditório Abrahão de Moraes do Instituto de Física (IF), o debate “A USP quer votar para reitor” (foto). Soraya Smaili, reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Alvaro Penteadó Crósta, vice-reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foram convidados a contar como surgiu e como ocorre a consulta à comunidade acadêmica no processo eleitoral de suas universidades. Junto a eles, compuseram a mesa do debate Heloisa Borsari, então presidente da Adusp, Patrícia Magalhães, representante da APG-USP e Bárbara Grayce Guimarães, representante do DCE-Livre.

Heloisa deu início às falas, fazendo um resgate histórico do papel que a Adusp desempenhou na luta pela democratização do país e da USP. Além da fundação da entidade em decorrência da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog, em 1975, ela lembrou que em 1981 a Adusp realizou, junto a estudantes e funcionários, a primeira consulta (não oficial) para reitor da USP. À época, a iniciativa fez com que o professor Dalmo Dallari fosse escolhido pela comunidade como reitor. “Mas ele nem sequer fez parte da lista, naquele tempo sêxtupla, que era encaminhada para o governador”.

Também foram destacadas a vitória da proposta de diretas paritárias para reitor no III Congresso da USP, realizado em 1987, e a reformulação do Estatuto da universidade feita em 1988 pelo Conselho Universitário (Co), e não por meio de uma estatuinte. “De lá para cá, tivemos várias tentativas de articulação dos movimentos da USP. No entanto, as divisões internas, fruto de diferentes análises da conjuntura, e a desmobilização, especialmente entre os docentes, têm dificultado o avanço dessa luta. Essa mesa marca uma nova tentativa de retomarmos ações conjuntas das entidades no sentido de aprofundar a discussão sobre a necessidade e a urgência de democratizar essa universidade”, disse Heloisa.

Representando o DCE, Bárbara explicou a ausência de estudantes no evento, que ocorreu no mesmo dia da terceira manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre

(MPL) em prol da redução da tarifa dos transportes públicos em São Paulo. “Peço desculpas por não ter estudantes aqui, mas falo isso muito feliz porque quase todos que não estão aqui estão na Avenida Paulista lutando pela diminuição do preço da passagem”. A representante do DCE informou que este ano o Encontro dos Centros Acadêmicos da USP (ENCA) acontecerá no segundo semestre na Cidade Universitária e terá como tema central “Diretas para reitor e democratização da USP”. “Queremos ganhar mais estudantes para essa pauta”, disse.

Representando a APG, Patrícia falou sobre o que apelidou ser a “era Rodas”, destacando seu início em 2009, no apagar das luzes da gestão Suely Vilela. No final daquele ano, Rodas foi escolhido como o novo reitor da universidade, por coincidência, pouco depois da Polícia Militar invadir o *campus*, ressaltou a estudante. “Precisamos reagir [a esses tipos de medida]. Uma consulta para a escolha de reitor não é uma revolução, longe disso, mas temos que começar dando voz à comunidade USP.”

Unifesp. Na Unifesp, a consulta à comunidade acadêmica para escolha do reitor acontece desde 1986 de maneira informal –formalmente ela ocorre há 15 anos. Porém, foi por meio do processo realizado em 1986 que o professor Nader Wafae foi escolhido pelo então ministro da Educação, Marco Maciel, para ser o reitor da universidade, justamente por ter sido o mais votado entre a comunidade. Soraya falou sobre o período e a conjuntura que levou a sua chapa “Universidade Plural e Democrática” à vitória na consulta para a escolha do reitor em 2012. Durante toda a sua fala, pontuou que “uma consulta de proporção 70/15/15 [como a que ocorre na Unifesp] não significa um avanço democrático”. “Sempre defendi a paridade, mas aceitamos participar desse processo, ir à luta com essas regras, para que pudéssemos apresentar nossas propostas.”

Com intuito de mostrar o caminho traçado pela instituição na atual conjuntura, Soraya falou sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e sobre a greve das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) em 2012. Para a reitora, apesar das falhas no planejamento, a democratização do acesso à Unifesp por



Daniel Garcia

meio da expansão colaborou para a diversificação intelectual e cultural da universidade e, consequentemente, para o surgimento de movimentos que exigiram melhorias estruturais e administrativas na instituição. Ela aponta a greve das Ifes como catalizadora desses anseios entre os professores. “Os espaços das assembleias permitiram que esses docentes se conhecessem e entendessem que eles faziam parte de uma mesma questão, de um mesmo problema, de uma mesma universidade.”

Ao final, deixou um recado aos professores, estudantes e funcionários que compõem o movimento pela democratização da USP. “A consulta que hoje está sendo defendida é uma estratégia de luta e já foi conquistada há muito tempo nas federais. Essa não é uma proposta menor. Esta é uma proposta que pode colocar no centro do debate a questão da escolha do próximo reitor da Universidade de São Paulo. Vocês têm as condições necessárias para isso, o necessário caldo em relação ao reitor atual.”

Unicamp. Já na Unicamp, segundo o vice-reitor Alvaro Crósta, a consulta à comunidade ocorre há mais de 30 anos. O professor relatou como funciona o processo na instituição, onde uma Comissão Organizadora da Consulta é designada para garantir que seja cumprido o calendário eleitoral. A comissão é composta por membros do Conselho Universitário, sendo quatro diretores de unidades e três representantes docentes. Estudantes, funcionários e a comunidade externa têm direito a serem representados, cada um, por uma pessoa. O peso dos votos das categorias no processo está estruturado na proporção 60/20/20. “Nós consideramos esse processo um estágio absolutamente essencial

para a democracia interna na escolha dos dirigentes. Nós temos bastante orgulho dele.”

Crósta ressalta que, atualmente, a participação de estudantes no processo de consulta é baixa (média de 90% de abstenções, frente a 15% entre os docentes), mas vem sendo cada vez mais percebida por eles como importante. “Essa visão de que por pensar menos o voto dos alunos e dos funcionários não tem valor não corresponde à realidade. O resultado final das últimas eleições [em 2012] foi definido basicamente pelos votos dos servidores e também por uma pequena contribuição do voto dos estudantes.”

Quanto às reivindicações de paridade no processo, ele afirma que essa posição nunca foi majoritária na comunidade. Porém, indica abertura da Reitoria para debater o assunto. “Tranquilamente, essa é uma discussão que nós iremos fazer. Provavelmente ela vai voltar, porque nós vamos promover uma reforma estatutária, já que o nosso estatuto, como o de muitas universidades públicas brasileiras, é originário da década de 1960 e, portanto, contém resquícios do tempo da Ditadura Militar que nós queremos remover de uma vez por todas.”

Próximos passos. Segundo Crósta, a discussão da reforma estatutária da Unicamp acontecerá no segundo semestre deste ano. Na Unifesp, o próximo Congresso para a definição das formas de democracia interna será realizado no primeiro semestre de 2014. Um dos pontos de pauta já previstos é a possibilidade de consulta paritária. Na USP, cabe continuar a luta pelo voto para a escolha do novo reitor e para que uma estatuinte seja chamada pelo próprio dirigente num futuro próximo.

Na posse, **Ciro** reitera compromissos da Adusp

Tomou posse em 28/6, no Auditório Abraão de Moraes (IF), a diretoria da Adusp eleita para o biênio 2013-2015. O professor **Ciro Correia** (IGc), novo presidente, reafirmou os compromissos históricos da articulação política “Participação”: defesa da “universidade pública e gratuita”, bem como o entendimento de que a Adusp “deve se manter independente de partidos, de governos e da administração da universidade”.

Compareceram à posse representantes do DCE-Livre da USP, Paula Kaufman; da Adunicamp, professor Paulo Centoducatte; do STU, Antonio Alves; do Sinteps, Denise Rykala; da Adunifesp, professor Raul Bonne Hernandez; da Regional São Paulo do Andes-SN, professora Betânia Libânio de Araújo; e da Fasubra, Neusa Santana. Estiveram presentes, ainda, o vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz e a pró-reitora de Graduação, Telma Zorn.

“Resistência”. A professora Heloísa Borsari, que presidiu a entidade na gestão 2011-2013, abriu a assembleia de posse fazendo um balanço do período que se encerrava (<http://goo.gl/j2HBt>), classificado como de “árdua resistência”, pois “fomos obrigados a investir muito do nosso tempo para defender direitos básicos”, os quais na gestão Rodas estiveram “sob um ataque profundo: os direitos de manifestação, expressão e organização”.

Avançou-se pouco, reconheceu Heloísa, “na meta que, para mim, era central: a de reaproximar a Adusp dos nossos colegas, de torná-la mais presente, especialmente no cotidiano dos docentes mais jovens”. Ela atribuiu o problema a causas diversas, entre as quais as “relacionadas ao modo como temos sido obrigados a desenvolver nosso trabalho na universidade”, e a prática institucional “de individualizar todos os processos, de isolar-nos uns dos outros”.

“Filhos da USP”. Antes de iniciar seu discurso, o professor **Ciro** cedeu a palavra aos representantes da Reitoria e, em seguida, aos representantes do movimento social. “Estar aqui é um reconhecimento da vitalidade da USP. Todos aqui são filhos da USP e das universidades irmãs”, disse o professor Hélio Nogueira, convidado por **Ciro** a pronunciar-se. O vice-reitor admitiu a existência de “diferen-



Ciro discursa durante a posse

ças”, mas afirmou apostar no diálogo: “A nova diretoria da Adusp deve buscar o entendimento. Minha presença aqui é para reforçar esses laços”, completou.

“Eu me associo ao professor Hélio, em estar próxima à representação dos nossos professores, que é uma posição muito importante na Universidade, e desejo sucesso ao professor **Ciro**”, disse a pró-reitora Telma Zorn.

Em suas falas, todas as entidades presentes reiteraram sua disposição de prosseguir trabalhando com a Adusp em defesa das pautas comuns, entre elas a democratização da universidade, a defesa da transparência e a luta contra a expansão do ensino privado no estado.

Interlocução. Após ressaltar a afinidade de princípios que sustentam os laços existentes com as entidades ali representadas, o professor **Ciro** destacou a importância da presença e manifestação dos representantes da Reitoria, por registrarem o entendimento comum sobre a necessidade de interlocução entre a administração e a entidade que representa a categoria. Enfatizou a compreensão de que, para tanto, é preciso explicitar posições, por divergentes que possam ser.

A seguir, apresentou os demais membros da diretoria eleita: César Minto, da FE (1º Vice-Presidente); Osvaldo Coggiola, da FFLCH (2º Vice-Presidente); Francisco Miraglia, do IME (1º Secretário); Antonio Carlos Cassola, do ICB (2º Secretário); Lighia Mathsushigue, do IF (1ª Tesoureira); Adriana Tufaille da EACH (2ª Tesoureira); César de Freitas, da FOB, Diretor Regional de Bauru; Demóstenes Filho da ESALQ

(Diretor Regional de Piracicaba); Andrés Vercik, da FZEA (Diretor Regional de Pirassununga); Caio Gracco Dias, da FDRP (Diretor Regional de Ribeirão Preto).

Ciro deu início ao seu discurso (<http://goo.gl/t8Nhv>) retomando os avanços que o movimento social obteve na Constituição de 1988 e os ataques da burguesia aos princípios republicanos e direitos sociais nela inscritos que se aprofundam desde então.

“Perplexidade”. Ao tratar da situação da USP, em relação a questão da gestão democrática nas instituições públicas de ensino superior, o professor assinalou que em outras universidades, como Unesp e Unicamp, registraram-se avanços significativos, como maior participação de docentes em início de carreira na estrutura de poder e implantação de mecanismos de eleição para cargos de direção.

Para **Ciro**, nestes e outros aspectos a USP registra “um atraso que causa perplexidade”: “Aqui não se admitem eleições ou consultas que envolvam o corpo docente, de funcionários e estudantes; aqui, o direito à voz é concedido, essencialmente, apenas aos guindados ao topo fechado da carreira, os titulares; aqui, a estrutura de poder se desfigura com a presença de gestores das fundações privadas autodenominadas ‘de apoio’, em absoluto desrespeito aos princípios elementares da administração pública; aqui, o fetiche da propalada ‘excelência’ e as últimas mudanças introduzidas na estrutura da carreira impõem a

competição e sonégam a cooperação entre pares; aqui, não se aplica, de ofício, o direito ao acesso a informações; aqui, as políticas de inclusão de minorias étnicas e sociais permanecem pífias; aqui, o rico esforço coletivo por uma Comissão da Verdade foi abruptamente golpeado; aqui, cada vez mais os ocupantes da Reitoria sentem-se à vontade para tratar questões reivindicatórias na perspectiva da repressão policial.”

“Uso da máquina”. O novo presidente da Adusp denunciou que “os ocupantes da Reitoria sentem-se à vontade para colocar as instâncias colegiadas em segundo plano e para fazer uso da máquina administrativa para permanecer no poder, afrontando a perspectiva da moralidade administrativa”. Não é aceitável, disse **Ciro**, que “em ano eleitoral como o que transcorre, se deem visitas oficiais de seus próceres a diretores de unidades, em missão de propaganda, defesa ou cooptação para esta ou aquela candidatura”.

A Adusp, enfatizou, permanecerá na luta contra a privatização do espaço público, na defesa de suas propostas de mudanças na carreira docente e na campanha pela “inscrição no Estatuto da USP da consulta de caráter paritário para reitor”.

Encerrada a posse, a Adusp ofereceu um jantar de confraternização no Clube da Universidade.



Ciro e o professor Victor Abou Nehmi na confraternização

Fotos: Daniel Garcia